

O Próximo Desafio da Europa – A Demografia

Pedro Santos Pereira

Introdução

A demografia é uma ciéncia exacta, com um grau de precisão e predição muito superior ao de muitas outras ciéncias, que permite estruturar predições com um grande grau de fiabilidade. A observação do que se passa na Europa em termos demográficos permite antecipar quais os seus próximos grandes desafios, designadamente porque a sua população tem vindo a apresentar taxas de crescimento cada vez menores, embora de forma assimétrica, entre a Europa do Norte, há mais tempo, e a do Sul, mais recentemente.

Com efeito, há cem anos a população europeia representava 25% da população mundial, em 2005 representava 11%, totalizando 728 milhões de pessoas e em 2050 estima-se que represente apenas 7% da população mundial, totalizando 653 milhões de pessoas¹.

À partida até se poderia pensar que a Europa está em linha com as necessidades mundiais de controlo populacional uma vez que numa perspectiva malthusiana ou mesmo neomalthusiana os recursos do planeta são escassos e o crescimento contínuo da população resulta no mesmo efeito que a diminuição paulatina do globo terrestre, até que, finalmente, depois de tanto encolher, o nível de subsistência se situará abaixo do nível de sobrevivência. O relatório World Dynamics² do Clube de Roma, produziu uma previsão na qual o crescimento biológico exponencial acabará por colidir com um estado de recursos limitados e tecnologia estagnada, recomendando: 1) a abolição imediata de todo o crescimento populacional, 2) a redução da produção industrial, 3) a concentração na produção de bens alimentares e serviços, e 4) a reciclagem de recursos.

Não cabe no âmbito deste ensaio discutir a probabilística destas previsões mas ainda que elas fossem precisas, à escala mundial, a assimetria entre regiões do globo leva a que hajam regiões onde a escassez de recursos face ao crescimento populacional seja um facto e outras regiões detenham abundância de recursos face à sua população, e este é sem dúvida o caso da Europa.

Verdade é que o progresso e crescimento económico andam na história associados ao crescimento populacional e aquele também é necessário para a solidariedade intergeracional, daí que a Europa tenha vindo a compensar o seu défice populacional através da imigração.

¹ UNPP, *2004 Revision World Population Prospects: The 2004 Revision Population Database*. United Nations Population Division, 2005

² Forrester, Jay (1971), Wright-Allen Press, Cambridge (MA)

Até aos anos 80 do século XX os países economicamente mais desenvolvidos (Reino Unido, França, Alemanha, etc.) recrutaram a mão-de-obra que careciam nos países europeus com economias mais débeis (Grécia, Espanha, Itália e Portugal). A partir do momento em que estes países passaram a registar melhorias significativas das condições de vida das suas populações deixaram de ser exportadores de mão-de-obra e por outro lado tornaram-se também eles importadores. Entretanto os países mais desenvolvidos continuaram a recrutar mão-de-obra sobretudo de raiz islâmica, tornando o défice demográfico não só uma tendência e problema europeu como um problema particular de cada um dos estados membros, ao qual urge dar solução.

Citando o historiador inglês Arnold Toynbee, “as civilizações morrem de suicídio, não de assassinato”, temos encontrada a relevância da problemática e o dever de procurar soluções que dirimam esta tendência.

Factores positivos e negativos para a realidade europeia

Quando os países do Norte de Europa recebiam mão-de-obra do Sul, a integração desses imigrantes não era problemática e não atingia as situações dramáticas que hoje assistimos, por duas razões simples: i) a matriz cultural europeia era a mesma, ii) a imigração era assumida como transitória, mesmo que nem sempre isso acontecesse.

Hoje, a Europa vê-se confrontada com novas fontes de recrutamento de mão-de-obra nos imigrantes provenientes de regiões do mundo com outras matrizes culturais, em destaque os países islâmicos, onde as taxas de natalidade são elevadíssimas e a miséria pode atingir níveis intoleráveis. Estas novas vagas de imigrantes estão a provocar uma elevada entropia nos tradicionais modelos de acolhimento e os imigrados, na sua maioria, muito dificilmente se identificam com a cultura dos países de acolhimento, assumindo em muitos casos atitudes claras de rejeição e até contestação. Por outro lado, reproduzem-se a um ritmo tal que poderão a vir pôr em causa a estabilidade das instituições e populações autóctones, tanto mais porque, vivendo em democracia, poderão verificar-se inversões das maiorias.

Entretanto, na maior parte dos estados-membros os modelos de integração sofreram poucas modificações relativamente às suas características, ao tempo em que foram criados para acolher as migrações intra-europeias. Entretanto, hoje³, a Europa abriga 44 milhões de muçulmanos, isto é, 6% da sua população e 2% dos islâmicos em todo o mundo.

Analisemos os cenários em diferentes estados-membros, começando pela França. Esta começou a ser lentamente islamizada pelas sucessivas vagas de imigrantes, sobretudo pelos provenientes das suas antigas colónias africanas. Os valores republicanos e laicos com que tradicionalmente se acolhiam os imigrantes deixaram de resultar e os franceses tiveram de se adaptar à nova realidade, designadamente retirando as referências cristãs no

³ Dados de 2010

ensino oficial e tentando conter a manifestação pública das particularidades islâmicas. Ainda assim a grande maioria da população muçulmana, que é 8,6% da população francesa, manifesta-se avessa à sua integração social e não se identifica com os valores republicanos da cultura francesa⁴.

FR	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	56.000.000		65.400.000		1,17
Imigrantes	4.100.000	7%	5.600.000	9%	1,37
Muçulmanos	568.000	1%	3.500.000	5%	6,16

A Inglaterra e a Holanda adoptaram um modelo próprio de multiculturalismo, o qual pressupõe que cada imigrante possa ter as convicções e valores que bem entender desde que não interfira na ordem instituída. Este multiculturalismo degenerou em segregação gerando inúmeros guetos das mais díspares origens que amiúde explodem em irrupções sociais.

UK	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	57.000.000		60.000.000		1,05
Imigrantes	3.000.000	5,3%	4.000.000	6,7%	1,33
Muçulmanos	1.100.000	1,9%	1.600.000	2,7%	1,45

NL	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	15.000.000		16.000.000		1,07
Imigrantes	640.000	4,3%	4.000.000	25,0%	6,25
Muçulmanos	344.000	2,3%	914.000	5,7%	2,66

Alemanha, Áustria e Suíça adoptaram modelos claramente segregacionistas – naturais vs imigrantes – de tal forma que apenas um pequeno número de imigrantes tem conseguido naturalizar-se. A Suíça foi mais longe e aplicou uma lei que proíbe a naturalização até à terceira geração.

⁴ Em 1991 já contavam mais de 1.000 mesquitas cnf. Gilles Keppel, *Les Banlieus de l'Islam*, Seuil, Paris, 1991

⁵ Dados obtidos a partir de Eurostat e documentação do portal da União Europeia e da publicação Migrants in Europe: A Statistical Portrait. Quadros nossos. No caso de Portugal a fonte foi Pordata.

DE	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	79.800.000		82.500.000		1,03
Imigrantes	6.800.000	8,5%	8.900.000	10,8%	1,31
Muçulmanos	2.500.000	3,1%	4.000.000	4,8%	1,60

AU	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	7.000.000		8.000.000		1,14
Imigrantes	500.000	7,1%	1.200.000	15,0%	2,40
Muçulmanos	161.000	2,3%	475.000	5,9%	2,95

Espanha e Itália apresentam taxas de natalidade particularmente baixas que a prazo indiciam a substituição da população autóctone pela imigrante. Entre 2004 e 2005 a migração para a União Europeia atingiu um valor recorde de 2 milhões de indivíduos, dos quais dois terços tiveram destino em Espanha e Itália⁶. No caso espanhol a imigração é proveniente do Magrebe e da América do Sul e Central mas o crescimento da população muçulmana só tem paralelo com o verificado em França, pelo que há quem considere que os magrebinos acabem por se vingar, e com maior rapidez, da reconquista tão arduamente levada a cabo em 500 anos.

ES	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	40.000.000		46.000.000		1,15
Imigrantes	1.000.000	2,5%	5.700.000	12,4%	5,70
Muçulmanos	271.000	0,7%	1.000.000	2,2%	3,69

IT	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	57.000.000		61.000.000		1,07
Imigrantes	900.000	1,6%	2.500.000	4,1%	2,78
Muçulmanos	858.000	1,5%	1.500.000	2,5%	1,75

Por fim, em Portugal, ao contrário de outros estados europeus não existe um problema muçulmano já que estes apenas representam 0,3% da população. Mas existe também o problema demográfico, porque o crescimento tem sido negligenciável e não fora a imigração de brasileiros, eslavos e africanos das ex-colónias e a variação populacional teria sido negativa.

⁶ Parlamento Europeu (2008), Défice demográfico na Europa: O que vamos fazer?

PT	1990	% pop	2010	% pop	Var 1990-2010
População	9.867.147		10.561.614		1,07
Imigrantes	107.767	1,1%	443.055	4,2%	4,11
Muçulmanos	-		34.000	0,3%	-

Da análise de todos os quadros constamos claramente que em todos estes países europeus, e na Europa como um todo, os crescimentos populacionais foram modestos e sempre à custa do crescimento de imigração.

Constatamos também que os maiores surtos de imigração são provenientes de culturas islâmicas, à excepção de Portugal que se torna uma singularidade neste capítulo.

Sendo que os muçulmanos se dividem em várias correntes, figadas inimigas entre si, onde as duas com maior expressão são a sunita e a xiita, representando, cada uma, respectivamente 83% e 12% dos muçulmanos, é de supor que a distribuição na Europa seja semelhante, o que não deixa de ser preocupante, porque os sucedâneos da corrente sunita são os mais radicais em termos religiosos. Portugal também aqui pauta pela diferença uma vez que os muçulmanos residentes são sobretudo da tendência ismaelita⁷, mais pacífica e tolerante.

De 1980 a 2008 a população europeia cresceu 40,2 milhões o que supõe um crescimento anual de 8,8%. Porém, de 2002 a 2008 o crescimento médio foi apenas 2,6%, cerca de 320.000 pessoas/ano e 80% do crescimento populacional foi devido à imigração. Os Estados Unidos da América, comparativamente, têm um crescimento populacional doze vezes maior⁸ e prevê-se que continuem a crescer até 2050.

Porém este decréscimo é mais rápido se considerarmos apenas o total da população em idade activa, dos 15 aos 64 anos – até 2030 prevê-se a perda de 20,8 milhões de pessoas e que este envelhecimento por si só originaria uma perda de 1% do PIB europeu⁹.

De 2010 a 2030 as pessoas muito idosas (mais de 80 anos) aumentarão 57,1%, os seniores (65-79) 37,4% e os mais velhos (55-64) 15%! Em 1980 havia um excedente de 36 milhões de jovens relativamente aos maiores de 65 anos. Em 2007 os maiores de 65 anos já superaram os jovens em 6 milhões. A população com menos de 14 anos passou de 94 milhões em 1980 para 74 milhões em 2007 e os mais velhos, com mais de 65 anos passaram de 57 milhões em 1980 para 80 milhões em 2007. Isto é, os jovens perderam 20 milhões e os mais velhos ganharam 20 milhões¹⁰. O que se passa é que a base da

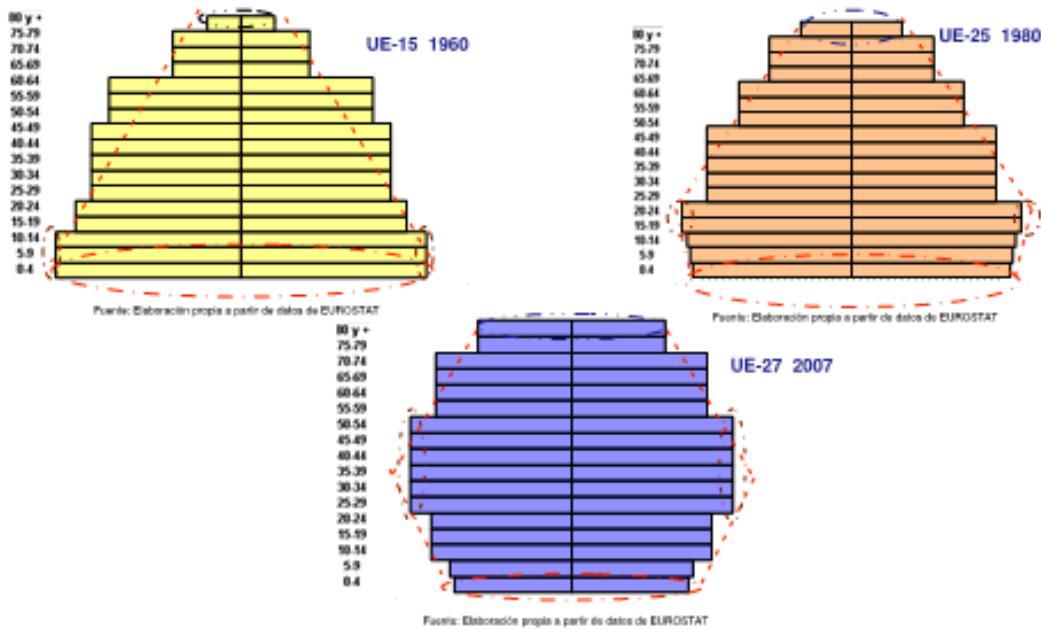
⁷ O ismaelismo é derivação do xiismo.

⁸ Instituto de Política Familiar (2008), Evolução da Família na Europa

⁹ Livro Verde Uma Nova Solidariedade entre Gerações Face às Mutações Demográficas, 2005, Comissão Europeia

¹⁰ Evolução da Família na Europa, op. cit.

pirâmide demográfica desloca-se para o topo e devido ao reduzido número de nascimentos a base fica cada vez mais pequena.



Para manter uma população requer-se uma taxa de fertilidade de 2,11 crianças por mulher. Qualquer número menor provocará declínio populacional e económico e compromete a sobrevivência, porque, por exemplo, uma taxa de 1,3 é impossível de reverter em menos de 80 a 100 anos, e os modelos económicos de crescimento não têm aderência a esta realidade a não ser que se integre a variável imigração.

Ilustrando: Se dois casais têm cada um filho, só teremos a metade dos filhos do que havia de pais e se esses filhos apenas tiverem um filho haverá apenas $\frac{1}{4}$ de netos do que houve avós, e assim sucessivamente, com a agravante de poder vir a estar cada filho a sustentar com o seu trabalho, os pais (2) e os avós (4), no chamado modelo 4-2-1¹¹. Mesmo com elevadíssimas poupanças, o que não é o caso europeu, e muito menos o português, é muito pouco provável que essas gerações mais novas consigam suportar esse fardo. E o cenário dos bisnetos sustentarem os avós apresenta uma forte aderência à realidade pelo contínuo aumento da “esperança média de vida”, devido às melhores condições de vida, aos melhores e mais eficazes cuidados de saúde e ainda ao desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito da biotecnologia, genética, gerontologia, química molecular e nanotecnologia.

¹¹ “China’s Achilles Heel” in *Economist* (April 21st 2012)

Daí a necessidade de uma maior taxa de natalidade e da imigração que venham repor a força de trabalho e solidariedade intergeracional. Porém os índices de natalidade são decepcionantes¹²: 1,8 em França, 1,6 em Inglaterra, 1,3 na Grécia e Alemanha, 1,2 em Itália, 1,1 em Espanha, em Portugal 1,36 e na U.E como um todo 1,56, não havendo nenhum país que consiga a almejada meta de 2,11 filhos por mulher. Na contrapartida o ratio das famílias islâmicas é de 8,1, no Sul de França já há mais mesquitas que igrejas e da população com menos de 20 anos 30% são islâmicos. Em cidades como Nice, Marselha e Paris essa percentagem sobe para 45% e estima-se para 2030 que 1 francês em cada 5 seja muçulmano¹³. Ao todo na Europa a população imigrante já supera os 27 milhões de indivíduos.

E como se não chegasse a proliferação de imigrantes, a atitude de alguns é tudo menos pacífica o que nos leva a considerar preocupações acrescidas:

Vós franceses talvez ainda não vereis a república islâmica em França. Mas os vossos filhos e netos a conhecerão ... a hora da revanche para passar à acção na Europa que tanto tempo nos humilhou (líder da Hezbollah) ¹⁴.

Vós não estais mais na França, estais na terra de Alá! Nós estamos aqui para coronizar a região¹⁵

Mas os motivos que levam a esta inusitada invasão pacífica não residem apenas nas taxas de fecundidade. Veja-se alguns dados do período de 1980 a 2006¹⁶:

- As mulheres têm filhos cada vez mais tarde, nos últimos 30 anos passaram da idade média de 27,1 anos para 29,7 anos.
- Em cada 5 grávidas 1 resulta em aborto (18,5%) e o número sobe.
- A taxa de nupcialidade tem vindo a cair vertiginosamente, de 6,75 em 1980 para 4,85 em 2006. Portugal, Inglaterra e Bélgica tiveram uma queda superior a 33% e na Bulgária, Eslovénia e Hungria a queda foi superior a 50% no mesmo período.
- O número de divórcios apresentou um aumento de 55%. A Espanha com um crescimento de 290% é a campeã europeia, também do divórcio.
- Os lares perderam em 25 anos 1,5 pessoas, 27,7% são lares solitários e na generalidade todos os lares contam menos crianças, ao passo que 67% dos lares europeus não têm nenhuma criança.

Este decréscimo populacional fará com que os imigrantes representem cada vez mais uma opção e uma força eleitoral temível, a qual, a respeitarem-se as regras da democracia,

¹² Eurostat

¹³ Evolução da Família na Europa, op. cit.

¹⁴ Le Point, Paris, 27/05/1991

¹⁵ Le Figaro, Paris, 25/11/1989

¹⁶ Evolução da Família na Europa, op. cit.

poderá alcandorar-se ao poder dentro de 20 a 30 anos¹⁷. Mas esse crescimento das populações imigradas provocará certamente a resistência de muitos, assim como atritos étnicos entre os autóctones e os recém-chegados muito embora alguns desses recém-chegados já o sejam de 2^a e 3^a geração, despertando nacionalismos, xenofobias e revoltas, às quais os imigrados responderão com a força que tiverem e ainda mais filhos.

A imigração é necessária para combater o défice demográfico mas não é suficiente *per se* para resolver o problema do envelhecimento, nem é certamente substituto para reformas económicas e sociais.

Quanto à baixa taxa de fecundidade ela deve-se a uma série de factores tais como o acesso tardio ao mercado de trabalho por parte dos jovens, a instabilidade laboral a que se vem juntar a instabilidade económica, o cada vez mais difícil acesso a casa própria, as deficiências no apoio à família, designadamente as estruturas para cuidar de crianças, à desigualdade de género nas remunerações e no trabalho doméstico e à ausência de recompensas concretas e suficientemente gratificantes que estimulem a produção de filhos.

Acresce a esta conjuntura a circunstância da Europa estar a atravessar um momento particular da sua existência em que os fundos financeiros necessários para alavancar as convenientes políticas escasseiam devido à crise das dívidas soberanas. E não só escasseiam os fundos como também escasseia o emprego, aproximando-se a taxa de desemprego, em alguns países, aos níveis vistos no advento das duas anteriores grandes guerras, o que se torna um paradoxo, a necessidade de termos mais população e portanto mais imigração para um ecossistema com recursos decrescentes.

Vejamos alguns dados do desemprego¹⁸:

U.E. – 10,8% (Fev. 2012), prevê-se estabilize em 11,2%

Espanha – 24,4%

Grécia – 21%

Portugal – 15,6% (previsão para 2012)

Itália – 9,3%

Chipre – 9,7%

	Employment		Employment rate, aged 20-64 (% of population)			Unemployment rate (% of the labour force)					
	(1 000)		Total	Men	Women	Total		Youth, aged 15-24		Long-term	
	Q3-2010	Q3-2011	Q3-2011			Q3-2011	Q4-2011	Q3-2011	Q4-2011	Q3-2010	Q3-2011
EU-27	224 175	224 087	68.9	75.4	62.4	9.7	9.8	21.5	22.1	3.8	4.1
Euro area (EA-17)	146 859	147 269	68.6	75.4	62.0	10.2	10.4	20.8	21.3	4.3	4.5
Belgium	4 577	4 654	66.9	72.4	61.4	7.3	7.2	20.5	20.9	4.2	3.8
Bulgaria	3 663	3 544	65.4	68.3	62.6	11.0	11.0	25.4	25.8	4.5	6.2
Czech Republic	5 096	5 100	71.2	80.3	61.8	6.6	6.7	18.1	19.1	3.1	2.7
Denmark	2 798	2 770	76.3	79.7	72.9	7.5	7.8	14.8	14.9	1.5	1.7
Germany	40 740	41 235	76.6	81.8	71.4	5.8	5.6	8.5	8.0	3.2	2.8
Estonia	554	603	72.4	75.6	69.5	11.3	:	21.8	:	8.2	6.3
Ireland	1 852	1 806	63.9	68.7	59.2	14.5	14.4	29.3	28.8	7.0	8.8
Greece	4 763	4 403	59.7	70.9	48.4	18.3	:	45.7	:	5.7	9.1
Spain	18 778	18 504	61.7	67.9	55.5	22.1	22.8	47.1	48.6	7.4	8.9
France	26 789	26 989	69.4	74.2	64.8	9.7	9.8	22.7	23.5	4.0	4.0
Italy	24 512	24 672	61.1	73.0	49.4	8.4	:	29.0	:	3.8	4.1
Cyprus	397	398	73.1	80.2	66.0	8.0	9.0	23.0	25.8	1.3	1.8
Latvia	949	975	68.0	69.4	66.7	14.8	:	30.0	:	8.3	7.9
Lithuania	1 350	1 378	67.9	68.6	67.2	15.3	:	31.0	:	7.5	8.0
Luxembourg	:	:	70.4	78.3	62.2	4.9	5.0	15.3	14.7	1.0	1.4
Hungary	4 117	4 139	61.3	67.7	55.2	10.9	10.8	26.1	26.3	5.7	5.1

Ainda no âmbito dos problemas de emprego temos a difícil integração dos jovens no mercado de trabalho, onde eles são discriminados devido à sua falta de experiência profissional e às deficientes competências aprendidas no período escolar, deficientes face às reais necessidades do mercado laboral, sendo que estas discriminações aumentam em função das variáveis género, classe social e raça.

Apesar de hoje a percentagem de licenciados na EU 15 ser 28% no grupo 25-34 anos e portanto maior que a dos 16% para o grupo 55-64, o desemprego é de 17,9% nos <25, contra 7,9% nos >25. Quanto ao risco de pobreza ele é de 19% no grupo dos mais novos 16-25, 12% nos 25-64 e 17% nos >65 anos¹⁹.

Porém os jovens adultos do grupo 25-39 começaram a diminuir em 2005 e essa diminuição, aumentará significativamente entre 2010 e 2030, em que serão menos 16%. O número dos indivíduos do grupo 40-54 começou a cair em 2010 enquanto os >55 estiveram a crescer 9,6% entre 2005 e 2010 e crescerão 15,55 até 2030²⁰, o que resultará na circunstância das empresas terem de contar cada vez com trabalhadores mais velhos, com menor formação académica enquanto preparam, ou não, os mais novos para a sua substituição.

Ainda no campo dos mais velhos, como referido antes, vamos assistir a um aumento de 37,4% do grupo 65-79 entre 2010 e 2030, e os >80, os muito velhos, que já cresceram 17,1% entre 2005 e 2010, vão crescer ainda mais, 57,1% entre 2010 e 2030, com mais saúde, mais tempo e mais dinheiro, e mais mulheres, porque estas morrem mais tarde, o que pode vir a revelar-se uma oportunidade para a necessidade de trabalhadores

¹⁹ Green Paper “Confronting demographic change: a new solidarity between generations”

²⁰ Green Paper, op. cit.

especializados nesta área e para o voluntariado ou manutenção da actividade para os menos senis.

Em síntese as curvas de tendência são:

- A diminuição populacional na Europa é uma realidade iniludível.
- O crescimento da população imigrante é uma necessidade crescente e outra realidade indiscutível.
- O crescimento da população muçulmana que não se integra é uma realidade assustadora.
- O crescimento do número de velhos é outra tendência imparável.
- As necessidades de financiamento serão crescentes e os recursos decrescentes.

E como consequências destes factores teremos:

- Uma Europa cada vez menos povoada.
- Uma Europa cada vez mais idosa.
- Uma Europa cada vez mais pobre.
- Uma Europa cada vez mais distante da sua matriz cultural e mais colorida.
- Uma Europa cada vez menos europeia, nos cidadãos, nos hábitos, nas leis e nos costumes.

O que fazer?

Políticas para Responder ao Desafio

Repovoar a Europa e aumentar a força de trabalho por via da imigração pode permitir a sustentabilidade da segurança social e a inversão da tendência, apesar dos riscos associados.

Políticas de imigração que permitam a entrada de pessoas para os sectores que delas necessitam, inclusive com formação dessas pessoas a montante nos países de origem, a discriminação positiva para certos tipos e nacionalidades, a aplicação de deveres para com essas pessoas, um acolhimento planeado e pró-activo, bem como um acompanhamento que garanta a adopção de valores culturais e civilizacionais europeus, são uma necessidade imperiosa.

Há três boas razões para os estados investirem o dinheiro dos contribuintes em políticas de incentivo à natalidade: 1) necessidade de manter um estado social mínimo, 2) promover o crescimento económico, o que reforça o primeiro e 3) preservar e transmitir a herança social e cultural europeia.

Diversos estudos demonstram que os Estados-Membros com as taxas de fertilidade mais elevadas são os que desenvolveram políticas de apoio à infância e à família²¹. Aumentar a taxa de fecundidade com políticas de apoio à família é desejável, muito embora o direito individual de determinar “livre e responsável” o número e espaçamento dos filhos”, articulado em primeira mão numa Resolução da Assembleia Geral da ONU de 1966, estabeleça o princípio da autonomia individual nas questões de reprodução, o que significa que não poderão ser adoptadas, *a priori*, políticas coercivas.

Os indicadores de fertilidade são mais elevados nos estratos sociais mais baixos e mais reduzidos nos estratos sociais mais altos, os primeiros por desconhecimento e irresponsabilidade, os segundos por bem-estar económico e social. Não está na moda ter filhos e quem os tem é olhado sob suspeita: ou é insensato, ou é rico ou é fanático religioso, pelo que o ambiente para procriar não se pode considerar *family-friendly*.

Existem várias medidas que têm por objectivo o apoio ao crescimento demográfico:

- Abono de família;
- Subsídio de maternidade;
- Subsídio de paternidade;
- Subsídio por adoção;
- Subsídio por licença parental;
- Subsídio para assistência na doença a descendentes menores e deficientes;
- Subsídio de gravidez;
- Subsídios por faltas dos Avós.

Contudo, a generalidade desses subsídios são uma escassa compensação que não é sequer percebida como recompensa, dado o seu baixo valor. Por exemplo no caso dos abonos de família, estes não recompensam o número de filhos, apenas compensam as dificuldades económicas para os menos abastados e são negligenciáveis para a classe média, pois estão em linha com os escalões de imposto sobre o rendimento. Em rigor, política que não recompense positiva e gradualmente o aumento do número de filhos não é incentivadora do aumento populacional e tenho sérias dúvidas que alguma família tenha mais filhos pela análise dos subsídios existentes, pelo que a maior parte serão descabidos.

Um incentivo fiscal ao investimento privado em creches, centros de actividades ocupacionais, lares e serviços de apoio a idosos, em sede de imposto sobre o valor acrescentado (VAT), impostos sobre lucros, assim como incentivos fiscais às empresas que construam equipamentos sociais para crianças, como creches e jardins-de-infância e lares e centros de ocupação da terceira idade, isoladas ou em agrupamento, mais elevados

²¹ Parlamento Europeu (2008), Défice Demográfico na Europa: O que vamos fazer?

e abrangentes que os actualmente existentes²², teriam certamente maior efeito do que muitas políticas avulsas de e de reduzida alavancagem.

Como a natalidade é um problema transversal requer-se que a resposta a este desafio seja a mais alargada possível considerando medidas de natureza fiscal, que reduzam o custo de ter filhos, medidas de natureza laboral que protejam ou beneficiem as famílias com mais filhos e medidas de natureza social e cultural que condicionem favoravelmente as idiossincrasias existentes. Portanto os sistemas laborais, fiscais, de segurança social, saúde, educação e habitação têm de se tornar *family friendly* considerando sempre os impactos financeiros e políticos que elas venham a gerar e descontinuando aquelas, hoje existentes, que não sejam realmente efectivas.

Conclusões e Recomendações

As mudanças demográficas que constatámos obedecem a três tendências de fundo: i) a duração média de vida aumentou e continua a aumentar, ii) o número de pessoas com mais de 60 anos vai continuar a crescer, pelo menos até 2030, assim como o maior número de reformados que é necessário manter e iii) genericamente, a taxa de natalidade tem vindo a diminuir

Um bem-estar económico deveria conduzir a aumentos populacionais. Mas isso não aconteceu. Porquê? Uma população tende a crescer com o aumento dos recursos disponíveis. Isso é natural. Se não cresce é porque esses recursos disponíveis não são os adequados. Os recursos amplamente disponíveis na actual sociedade são sobretudo o prazer hedonista imediato, o consumismo e a garantia de bem-estar em termos sanitários e de saúde – nada que nos faça pensar ter filhos ou cuidar dos idosos e por isso o número de famílias com 3 ou mais filhos é, segundo o INE, apenas 5,2% do total das famílias.

Recomendo assim, para a Europa em geral e para Portugal em particular, um pacote de medidas que sejam eficazes e cirurgicamente desenhadas para os objectivos demográficos. Estas medidas deverão ter subjacente um critério de custo pelo que deverão implementar-se aquelas que tenham custo ou perda de receita fiscal negligenciável o que será possível na condição de serem adoptadas para os casos onde a receita é hoje exígua ou inexistente. Fundamental é que elas incidam sobre imigrantes qualificados e famílias com 3 filhos e mais.

Relativamente à imigração recomendo:

1. A seleção dos países emissores segundo critérios de discriminação positiva a não-muçulmanos e um sistema de quotas em que os de origem islâmica entrem na proporção de 1 para 3. Esta política é particularmente sedutora para os portugueses pois as ex-colónias são cristãs e têm referenciais europeus.

²² Realce-se que em Portugal apenas as IPSS e entidades equiparadas podem candidatar-se a programas do PARES.

2. Criação de um sistema de acolhimento dos imigrantes em que estes frequentem cursos das línguas nacionais, aculturação, indoutrinação, História da Europa e dos valores europeus. Esta medida tem algum custo que é largamente compensado pelos impostos pagos pelos imigrantes e pelos custos ocultos da deficiente integração.
3. Reciclagem formativa dos imigrantes por períodos de 3 dias/ano nos primeiros 3 anos do acolhimento e depois a cada 5 anos.
4. Adopção e implementação de um hino europeu de aprendizagem obrigatória.
5. Discriminação negativa às famílias imigrantes, em que estas não terão benefícios fiscais por terem mais filhos. Em caso de aquisição de nacionalidade não terão retroactividade de benefícios.
6. Alargamento da concessão de autorização de residência (mínimo 150.000€) a famílias que invistam ou adquiram casa em Portugal, atraindo pensionistas europeus e extra-europeus.

Quanto à inversão das taxas de fertilidade preconizo um conjunto de medidas que sejam recompensadoras de quem tiver mais filhos, particularmente a partir do 3º filho, designadamente medidas fiscais e benefícios sociais, medidas na área laboral e da segurança social e pensões.

Com impacto nas famílias:

- 1) Redução significativa dos abonos de família até aos 2 filhos inclusive.
- 2) Aumento da carga fiscal para famílias sem filhos e com menos de 2 filhos.
- 3) Redução progressiva das deduções à colecta em sede de imposto sobre o rendimento para famílias com mais de 3 filhos com menos de 18 anos de idade.
- 4) Reformas gradualmente superiores a partir do 3º filho, sem prejuízo do aumento da idade média da reforma e da diminuição dos montantes de reforma.
- 5) Equiparação dos avós no gozo dos direitos actualmente previstos para os pais.
- 6) Bonificações à taxa de segurança social dos pais, mães ou avós, depois de paragem laboral para tratar de crianças até 5 anos. Esta bonificação é progressiva apenas a partir do 2º filho.
- 7) Bonificação da taxa da segurança social às famílias, com mais de dois filhos, por um período de 5 anos, que aceitem trabalhar em regimes de *part-time*, trabalho domiciliário e teletrabalho.
- 8) Aumento progressivo do número de faltas justificadas por cada filho, a partir do 3º filho: 2 para o 1º filho, 4 para 2 filhos, 8 para 3 filhos e depois mais 3 dias por filho suplementar.
- 9) Redução gradual das taxas dos preços da água, electricidade e saneamento a partir do 3º filho.

- 10) Isenção de imposto sobre o património imobiliário (IMI), durante 10 anos para autoconstrução e 5 anos para aquisição de casa própria, e ainda 50% de redução de IMT, para as famílias com quatro filhos e mais.

Com impacto nas empresas e na oferta:

- 1) Incentivos fiscais às empresas na adopção da jornada contínua, contratação a tempo parcial, trabalho domiciliário e teletrabalho, designadamente em sede de imposto sobre lucros (IRC).
- 2) Bonificações à taxa social única às empresas que contratem pais, mães ou avós, depois de paragem laboral para tratar de crianças até 5 anos. Esta bonificação é progressiva a partir do 3º filho, inclusive.
- 3) Bonificações da taxa social única num período de 3 anos às empresas, que adoptem regimes de jornada contínua, part-time, trabalho domiciliário e teletrabalho, em que os pais tenham dois filhos e mais.
- 4) Dedução de 140% dos custos às empresas que adquiram, façam donativos ou construam creches, lactários e jardins-de-infância, isoladamente ou em associação, para uso dos trabalhadores ou para colocação no mercado. 160% caso esses equipamentos se situem (até 150m) de interfaces e terminais de transportes públicos.
- 5) Imposto sobre lucros (IRC) e taxa de IVA/VAT a 5%, durante dez anos, para empresas e IPSS que explorem creches, lactários e jardins-de-infância, isoladamente ou em associação.
- 6) Taxa de IVA 5% nas prestações de serviços de transporte de crianças, creches, lactários e jardins-de-infância.
- 7) Taça de IVA de 5% para cadeirinhas, e produtos infantis de primeira necessidade ou obrigatórios, a partir do 3º filho e por reembolso do IVA liquidado na aquisição.
- 8) Aumento progressivo do número de faltas justificadas por cada filho, a partir do 3º filho: 2 para o 1º filho, 4 para 2 filhos, 8 para 3 filhos e depois mais 3 dias por cada filho suplementar.

Por último:

- 1) Realização de campanhas de comunicação positiva a privilegiar e elogiar as famílias com maior número de filhos.
- 2) Incentivo à aprendizagem contínua dos maiores de 55 anos, para aumentar as competências e a flexibilidade do trabalho (*life learning strategies*).
- 3) Reforma do ensino com a adopção de vias profissionalizantes que permitam os jovens dispor de competências profissionais no final do período escolar.

Muito embora muitas destas medidas comecem a reflectir-se apenas daqui a 20 anos, estou convencido que a sua adopção será um ponto de viragem na sustentabilidade demográfica dos países europeus.

Cascais, 17 de Abril 2012

Referências

- Brookings Institute (2003), *Europe's Muslim Street*
Comissão das Comunidades Europeias (2005), Livro Verde *Uma Nova Solidariedade entre Gerações Face às Mutações Demográficas*. Bruxelas: Comissão Europeia
Eurostat (2011), Migrants in Europe : A Statistical Portrait, Bruxells: European Union Press
Forrester, Jay (1971), Wright-Allen Press, Cambridge (MA)
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal>
<http://europa.eu/documentation>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Estatísticas_da_União_Europeia
Instituto de Política Familiar (2008), Evolução da Família na Europa, Madrid: IPF
Parlamento Europeu (2008), Défice Demográfico na Europa: O que vamos fazer?
Pordata em <http://www.pordata.pt/>
UNPP (2005), *2004 Revision World Population Prospects: The 2004 Revision Population Database*. United Nations Population Division